

PATRIMÓNIO | TERRENOS

2. DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL, LOCALIZADO ENTRE O LOTE A, CONJUNTO E-1.3, DO LOTEAMENTO DA QUINTA DAS PARRETAS E A E.N.201.

Da Vereadora **Olga Pereira**, submetendo para apreciação do Executivo Municipal com vista à aprovação da Assembleia Municipal a desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno com a área de **60 m2**, situado no entre o lote A, conjunto E-1.3 do Loteamento da Quinta das Parretas, melhor identificada na planta constante do processo, para **posterior alienação a António Torres dos Santos**, nos termos do disposto no art.º 25º, nº 1, alínea q) da citada Lei nº 75/2013, na sua redação atual e no nº 1, art.º 33º alínea ccc) da citada Lei.

Tem proposta que aponta no sentido de que a prossecução é de interesse público.

Proposta

ASSUNTO: E/34397/2022 – Desafetação de parcela de terreno do domínio público municipal cedida no âmbito do alvará de loteamento n.º 74/1983, com a área de 60 m², localizada entre o lote A, conjunto E-1.3, do loteamento da Quinta das Parretas e a E.N. 201, em que é requerente António Torres dos Anjos

- Considerando que, das informações técnicas dos serviços municipais constantes do processo, se conclui que a desafetação não colide com outras áreas e interesses públicos;
- Considerando que esta é uma situação que se arrasta, pelo menos desde 2005, e está consumada materialmente desde essa data;
- Considerando que temos constatado que a política de ordenamento de território instituída durante muitos anos no Município de Braga, levou à proliferação de pequenas áreas de terreno cedidas ao domínio público para espaços verdes no âmbito de operações de loteamento, o que constitui um problema para uma eficiente e eficaz gestão dos espaços verdes do concelho, tornando-se espaços sem qualquer utilização, com vegetação, com matéria combustível que pode vir a ser um foco de incêndio, sem qualquer valia para o Município, não possuindo qualquer utilização atual de interesse público;
- Considerando que o princípio de boa gestão do domínio público implica, em alguns casos, desafetar essas pequenas áreas que não servem efetivamente nenhum interesse público e são utilizadas frequentemente para depósitos de lixo, constituindo uma despesa desnecessária para o erário público em função da necessidade da sua manutenção e limpeza;

- Considerando que esta é uma situação que se arrastou no tempo e que está resolvida fisicamente, mas incompleta do ponto de vista da legalidade;

- Considerando que a ponderação dos interesses em causa aponta no sentido de que a prossecução do interesse público se alcança, neste caso concreto, pela desafetação da área de terreno aqui em causa,

Propõe-se que a Câmara Municipal aprove e submeta à consideração da Assembleia Municipal a desafetação do domínio público municipal de uma parcela, com a área total de 60 m², para posterior alienação ao requerente.

A vereadora do pelouro,

(Olga Pereira)